



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27916 - DF (2021/0217749-7)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
IMPETRANTE : CLIMENIA MARQUES
IMPETRANTE : EMIALITA MARQUES LIMA
IMPETRANTE : INHATALI MARQUES
IMPETRANTE : RICARDO OTAVIANO MARQUES
IMPETRANTE : RISTIAN MARQUES
IMPETRANTE : CARLEN MARQUES CASTRO
IMPETRANTE : MILLER MARQUES
IMPETRANTE : VANESSA MARQUES CAMPOS
IMPETRANTE : VARLEI MARQUES
ADVOGADOS : JACKSON VIANA - MG113998
YGOR MAXWELL BARRETO MALHEIROS VIANNA -
MG155978
MARIA JOSE ALVES BAIA - MG201665
IMPETRADO : MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS
HUMANOS
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por CLIMENIA MARQUES, EMIALITA MARQUES LIMA, INHATALI MARQUES, RICARDO OTAVIANO MARQUES, RISTIAN MARQUES, CARLEN MARQUES CASTRO, MILLER MARQUES, VANESSA MARQUES CAMPOS, VARLEI MARQUES contra ato praticado por MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, que editou portaria não reconhecendo a condição de anistiado político do genitor dos impetrantes.

Alegam os impetrantes que, "tendo apenas apresentado a defesa e logo após surpreendido com a anulação de sua anistia, foi impossibilitado aos Impetrantes a interposição de recurso contra a decisão, o que é proibido pela lei 9.784/99".

Requerem "a concessão de seu pedido de Tutela de Urgência, inaudita altera pars, para que seja declarado suspenso o ato administrativo combatido, bem como todos seus efeitos, para que até o fim do julgamento do mandamus mantenha o genitor falecido dos Impetrantes a condição de anistiado político, e continue a receber sua devida reparação econômica e seus direitos até o julgamento final do presente Mandado de

Segurança".

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. O impetrante não comprovou o risco de dano irreparável.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – continue a receber sua devida reparação econômica e seus direitos até o julgamento final do presente Mandado de Segurança – confunde-se com o próprio mérito da impetração, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente